



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA E INTERCÂMBIO

ENTRE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

E

PONTIFÍCIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE

O objetivo deste acordo é promover o entendimento mútuo entre a Pontifícia Universidade Católica do Chile ("PUC"), uma Corporação de Direito Público, Instituição de Ensino Superior, domiciliada na Avenida Libertador Bernardo O'Higgins, Santiago, Chile, representada por seu Reitor, professor Ignacio Sánchez Díaz

e

a Universidade do Estado de Minas Gerais, uma autarquia estatal de regime especial, dotada de autonomia e personalidade jurídica de direito público, Instituição de Ensino Superior, domiciliada na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - Edifício Minas - 8º andar - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, República Federativa do Brasil, representada por sua Reitora, professora Lavínia Rosa Rodrigues.

Juntos denominados como "Participantes", favorecem o intercâmbio de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, promovendo os projetos de internacionalização que sejam possíveis.

Os dois participantes se esforçarão para:

- a) Cooperar no intercâmbio de informações sobre atividades de ensino e pesquisa em áreas de interesse mútuo.
- b) Promover projetos de pesquisa e programas de estudo conjuntos, convenientes e apropriados.
- c) Desenvolver e implementar um programa de intercâmbio de estudantes e funcionários de acordo com os seguintes princípios



A. INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES

1. Cada participante enviará no máximo dois alunos por ano durante a vigência deste convênio, a menos que esse número seja modificado por acordo por escrito. Dada a possibilidade de um desequilíbrio no número de intercambistas, ambas as partes revisarão o programa anualmente e, quando necessário, ajustarão o número de alunos durante a vigência do contrato, a fim de manter um equilíbrio razoável durante o intercâmbio.
2. O intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação normalmente ocorrerá por um período de um ou dois semestres e por não mais do que um ano acadêmico, sem o pagamento de mensalidades na Instituição de Acolhimento. Os estudantes de intercâmbio continuarão pagando as taxas usuais na Instituição de Origem. Todas as outras taxas de acomodação, manutenção e filiação para organizações estudantis, se aplicáveis, serão pagas diretamente pelos estudantes visitantes à Instituição Anfitriã. Estes pagamentos estarão de acordo com os pagamentos normalmente feitos pelos alunos da Instituição Anfitriã.
3. Os intercambistas devem ter completado com sucesso um mínimo de um ano de estudos ou dois semestres de período integral na Instituição de Origem, para poder registrar as agências para as quais preenchem os pré-requisitos da Instituição de Acolhimento, além de ter cumprido no mínimo 20% da grade curricular do curso.
4. Cada aluno será responsável por cobrir todos os custos associados ao período de intercâmbio, incluindo, mas não se limitando a, despesas de viagem, acomodação, materiais, seguro e visto; e nenhuma das instituições será responsável pelos referidos custos.
5. As normas acadêmicas dos estudantes de intercâmbio serão determinadas pela Instituição de Acolhimento. Ela manterá o direito de admissão e poderá rejeitar qualquer candidato cujos requisitos acadêmicos ou linguísticos para participar do programa não sejam considerados apropriados ou convenientes.
6. Os estudantes de ambas as instituições participantes do programa de intercâmbio terão os mesmos direitos e privilégios que os estudantes da Instituição Anfitriã.
7. O reconhecimento do trabalho acadêmico realizado pelo aluno durante o período do intercâmbio estará sob o critério da Instituição de Origem. Os alunos que participarem deste programa continuarão como candidatos ao título ou ao grau acadêmico de sua Instituição de Origem.



8. A admissão a um curso específico está sujeita apenas ao aluno ser qualificado para se inscrever nesse curso e à disponibilidade de vagas na Instituição de Acolhimento.
9. Propostas para intercâmbio de estudantes devem ser feitas no mais tardar três meses antes do início do semestre em que o aluno vai se inscrever. Cada participante garantirá que a documentação exigida pela instituição anfitriã seja corretamente preenchida e enviada com tempo suficiente.
10. Ambos os participantes concordam em ajudar ou auxiliar cada estudante de intercâmbio com:
 - fornecer material antes da partida e orientação na chegada,
 - fornecer a cada estudante de intercâmbio os documentos necessários para obter o visto correto,
 - providenciar uma acomodação adequada, diretamente ou através de terceiros,
 - prestar assistência à chegada e prestar assistência na procura de alojamento temporário, se necessário, às expensas do estudante,
 - designar um contato administrativo para lidar com toda a correspondência relacionada a este programa,
 - fornecer suporte e serviços de consultoria para o aluno.
11. Os estudantes de intercâmbio devem adquirir um seguro de saúde que forneça cobertura durante todo o período de intercâmbio na Instituição de Acolhimento.
12. Durante o intercâmbio, os estudantes devem respeitar todas as regras e procedimentos da Instituição de Acolhimento, e estarão sujeitos a toda a legislação aplicável do país de destino.

B. INTERCÂMBIO DE PESSOAL ACADÊMICO E DE FUNCIONÁRIOS

1. Acadêmicos, pesquisadores e funcionários podem realizar o intercâmbio por período não superior a um ano letivo. A Instituição de Origem está empenhada em continuar pagando o salário do pessoal. Todos os outros assuntos financeiros, incluindo os custos de viagem, estão sujeitos a negociação individual e normalmente serão de responsabilidade do indivíduo.



2. O intercâmbio de acadêmicos, investigadores e servidores técnico-administrativos está sujeito ao consentimento relevante do departamento ou laboratório da Instituição de Acolhimento e ao consentimento dos canais apropriados na Instituição de Origem. As condições de trabalho estabelecidas para cada membro estarão sujeitas a um acordo prévio por escrito. A Instituição de Acolhimento compromete-se a ajudar na procura de alojamento adequado, para assistir ou auxiliar nas formalidades de imigração e para fornecer um local de trabalho, biblioteca e instalações técnicas apropriadas e conforme acordado. Os participantes no intercâmbio devem ter uma cobertura de seguro de saúde durante a sua estadia na Instituição de Acolhimento.
3. Ambos os participantes estimularão o desenvolvimento de iniciativas de colaboração de pesquisa entre os indivíduos e grupos que trabalham em cada instituição.

C. RENOVAÇÃO, MODIFICAÇÕES E RESCISÃO

1. Modificações a este acordo podem ser feitas a qualquer momento, mas somente quando acordado por ambos os Participantes. Qualquer modificação deve ser acordada por meio de um documento assinado pelos dois Participantes, que será adicionado a este contrato como um apêndice.
2. Este acordo entrará em vigor a partir da data da última assinatura estampada aqui e continuará em vigor por um período de cinco (5) anos. Não obstante o acima exposto, qualquer Participante poderá rescindir este acordo com antecedência, com notificação por escrito à outra instituição pelo menos seis meses antes da data prevista para o término. Qualquer aluno que tenha iniciado em uma das duas instituições, um programa anterior, poderá concluir seu programa de estudos por meio de um acordo especial entre as duas instituições.
3. Nada neste acordo deve ser interpretado como uma autorização para usar o nome ou logotipo dos Participantes em anúncios, publicidade ou qualquer outra comunicação, sem autorização prévia por escrito do referido Participante.
4. Sem prejuízo das disposições do restante deste acordo, nenhum dos Participantes será responsável perante o outro por qualquer violação deste acordo, nem pelas ações de um estudante de intercâmbio.



5. Os Participantes concordam que qualquer diferença que possa surgir entre eles a partir deste acordo, seja direta ou indiretamente, será resolvida amigavelmente entre as partes.

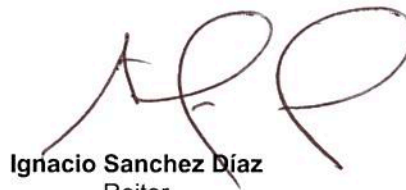


Lavinia Rosa Rodrigues
Reitora

Universidade do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte,

Data: 25 / 09 / 2018



Ignacio Sanchez Díaz
Reitor

Pontificia Universidad Católica de Chile

Santiago de Chile,

Data: 19 / 11 / 2018.-



ACUERDO DE COOPERACION ACADEMICA E INTERCAMBIO

ENTRE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Y

PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE CHILE

El objetivo de este acuerdo es promover el entendimiento mutuo entre la Pontificia Universidad Católica de Chile ("PUC"), una Corporación de Derecho Público, Institución de Educación Superior, con domicilio en Avenida Libertador Bernardo O'Higgins, Santiago, Chile, representada por su Rector, Profesor Ignacio Sánchez Díaz

y

la Universidade do Estado de Minas Gerais, una autarquía estadual de régimen especial, dotada de autonomía y personalidad jurídica de derecho público, Institución de Educación Superior, con domicilio en Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 - Edifício Minas - 8º piso - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Barrio Serra Verde, Belo Horizonte, Minas Gerais, República Federativa do Brasil, representada por su Rectora, Profesora Lavínia Rosa Rodrigues

Juntos denominados como los "Participantes", y favorecer su intercambio de profesores, alumnos y funcionarios del nivel central, promoviendo los proyectos de internacionalización que los hagan posibles.

Los dos Participantes procurarán:

- a) Cooperar en el intercambio de la información referente a las actividades de enseñanza y de investigación en los campos de interés mutuo.
- b) Promover proyectos de investigación y programas de estudio conjuntos, convenientes y apropiados.
- c) Desarrollar e implementar un programa de intercambio estudiantil y de personal de acuerdo con los siguientes principios



A. INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

1. Cada Participante enviará un máximo de 2 alumnos cada año durante el período de este convenio, a menos que este número se modifique por acuerdo escrito. Ante la posibilidad de un desbalance en el número de alumnos de intercambio, ambas partes revisarán el programa anualmente, y, cuando sea necesario, ajustarán el número de estudiantes mientras dure el acuerdo, para así mantener un balance razonable durante el intercambio.
2. El intercambio de alumnos de pregrado y postgrado se llevará a cabo, normalmente, por un período de uno o dos semestres y por no más de un año académico, sin el pago de las cuotas de matrícula en la Institución Anfitriona. Los estudiantes de intercambio continuarán pagando las matrículas habituales en la Institución de Origen. Todos los otros costos de alojamiento, mantención y cuotas de socio para las organizaciones estudiantiles, de ser aplicables, serán pagados directamente por los alumnos visitantes a la Institución Anfitriona. Dichos pagos estarán en línea con los pagos que usualmente pagan los estudiantes de la Institución Anfitriona
3. Los estudiantes de intercambio deben haber completado con éxito un mínimo de un año de estudios o dos semestres de tiempo completo, en la Institución de Origen, para que se les permita inscribir ramos para los cuales reúnan los prerrequisitos en la Institución Anfitriona, además pertenecer al 20% superior de su promoción en la carrera.
4. Cada estudiante será responsable de cubrir todos los costos asociados al periodo de intercambio, incluyendo, pero no limitándose a, los costos de viaje, alojamiento, materiales, seguros y visa; y ninguno de los Participantes será responsable por dichos costos.
5. Las normas académicas de los estudiantes de intercambio serán determinadas por la Institución Anfitriona. Ella conservará el derecho de admisión y puede rechazar a cualquier postulante cuyos requisitos académicos o de idioma para participar en el programa no sean considerados apropiados o convenientes.
6. A los alumnos de ambas instituciones que participen en el programa de intercambio, se les concederán los mismos derechos y privilegios que tengan los estudiantes de la Institución Anfitriona.
7. El reconocimiento del trabajo académico realizado por el estudiante durante el período del intercambio, estará bajo el criterio de la Institución de Origen. Los estudiantes que participan en este programa continuarán como candidatos al título o grado académico de su Institución de Origen.



8. La admisión a un curso específico solamente está sujeta a que el estudiante esté calificado o capacitado para inscribirse en ese curso y a la disponibilidad de vacantes en la Institución Anfitriona.
9. Las propuestas para los intercambios de estudiantes, deberán hacerse a más tardar tres meses antes del comienzo del semestre en que el estudiante se va a inscribir. Cada Participante asegurará que la documentación requerida por la Institución Anfitriona sea llenada correctamente y remitida con el tiempo suficiente.
10. Ambos Participantes aceptan ayudar o asistir a cada estudiante de intercambio con:
 - proveer de material de pre-partida y de orientación al llegar,
 - proveer a cada estudiante de intercambio con los documentos necesarios que le permitan obtener la visa correcta,
 - arreglar un alojamiento apropiado, directamente o a través de terceros,
 - proveer de asistencia al llegar y proveer asistencia para la búsqueda de alojamiento temporal, si es requerido, con cargo al alumno,
 - designar un contacto administrativo para que se ocupe de toda la correspondencia relacionada con este programa,
 - proveer apoyo y servicios de asesoría al estudiante.
11. Los estudiantes de intercambio deberán contratar un seguro de salud que les provea cobertura durante todo el periodo de intercambio en la Institución Anfitriona.
12. Durante el intercambio, los estudiantes deberán respetar todas las reglas y procedimiento de la Institución Anfitriona, y estarán sujetos a toda la legislación aplicable del país de destino.

B. INTERCAMBIO DE PERSONAL ACADEMICO Y FUNCIONARIOS

1. Académicos, personal de investigación y funcionarios pueden realizar el intercambio por períodos que no excedan un año académico. La Institución de Origen se compromete a continuar pagando el sueldo del personal. Todos los otros asuntos financieros, incluyendo los costos de viaje, están sujetos a negociación individual, y normalmente serán responsabilidad del individuo.
2. Los intercambios de los académicos, del personal de investigación y funcionarios del nivel central están sujetos al consentimiento pertinente del departamento o laboratorio



de la Institución Anfitriona y al consentimiento por parte de los canales apropiados en la Institución de Origen. Las condiciones de trabajo establecidas para cada miembro estarán sujetas a un acuerdo previo por escrito. La Institución Anfitriona se compromete a prestare asistencia en la búsqueda de un alojamiento apropiado, a asistir o ayudar con las formalidades de inmigración y a proveer de un lugar de trabajo, biblioteca e instalaciones técnicas apropiadas y según lo acordado. Los participantes en el intercambio deberán contar con un seguro de salud de cobertura total durante su permanencia en la Institución Anfitriona.

3. Ambos participantes estimularán el desarrollo de iniciativas de colaboración de investigación entre los individuos y grupos que trabajan en cada institución.

C. RENOVACION, MODIFICACIONES Y TERMINO

1. Se pueden hacer modificaciones a este convenio en cualquier momento, pero solamente cuando sea convenido por ambos Participantes. Cualquier modificación deberá ser acordada mediante documento firmado por ambos Participantes, el que será agregado a este convenio como apéndice.
2. Este acuerdo empezará a regir desde la fecha de la última firma aquí estampada, y continuará vigente por un período de cinco (5) años. Sin perjuicio de lo anterior, cualquiera los Participantes puede poner término anticipado a este convenio, con aviso por escrito a la otra institución con a lo menos, seis meses de anticipación a la fecha pretendida de término. Cualquier estudiante que haya comenzado en alguna de las dos instituciones, un programa con anterioridad, podrá acabar su programa de estudios por medio de un acuerdo especial entre las dos instituciones.
3. Nada en este convenio deberá ser interpretado como una autorización para usar el nombre o logo de los Participantes en anuncios, publicidad o cualquiera otra comunicación, sin contar con la autorización previa y por escrito de dicho Participante.
4. Sin perjuicio de lo establecido en el resto de este convenio, ninguno de los Participantes será responsable frente al otro por algún incumplimiento de este convenio, ni por las acciones de un estudiante de intercambio.



5. Los Participantes acuerdan que cualquier diferencia que pueda surgir entre ellos a partir de este convenio, ya sea directa o indirectamente, será resuelta de manera amistosa entre las partes.



Lavinia Rosa Rodrigues
Rectora

Universidade do Estado de Minas Gerais



Ignacio Sanchez Diaz
Rector

Pontificia Universidad Católica de Chile

Belo Horizonte,

Data: 25 / 09 / 2018

Santiago de Chile,

Data: 19 / 11 / 2018.

